

# **Cátedra Olavo Setubal**

---

## **de Arte, Cultura e Ciência**

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO:  
**ITINERÁRIOS INSTITUCIONAIS**

**EDUARDO AUGUSTO SENA**

# SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO: ITINERÁRIOS INSTITUCIONAIS

EDUARDO AUGUSTO SENA<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Dedicou-se à pesquisa e à gestão no campo das políticas culturais há 15 anos, ocupando atualmente o cargo de gerente de projetos no Instituto Pedra. Entre os anos de 2006 e 2018, atuou em funções de assessoria e coordenação na Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo e na Fundação Bienal de São Paulo. Possui graduação em administração pública pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e mestrado em ciência da informação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), instituição em que desenvolve atualmente pesquisa de doutorado.

## Cinquenta Anos Iniciais

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma breve narrativa de marcos importantes da trajetória recente da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (SMC), com especial atenção ao período que compreende a gestão de Marta Suplicy à frente da prefeitura (2001-2004) e o mandato do prefeito Fernando Haddad (2013-2016). Antes de procedermos à análise desse período, é oportuno recuperar rapidamente as origens do processo de institucionalização da política cultural na cidade de São Paulo, projeto que conta 80 anos de história, da qual a SMC é herdeira.

De modo ainda mais preliminar, cabe ressaltar que esse processo não evoluiu, em absoluto, de maneira linear ou sistemática. Aqui entraram em cena, em diferentes maneiras e tempos, gramáticas bastante conhecidas de quem se dedica ao estudo das políticas culturais no Brasil: a instabilidade, a ausência e o autoritarismo (RUBIM, 2008, p. 184). A evolução dessa institucionalização não pode escapar das injunções da política em seus diferentes contextos.

Contudo, outra forma de abordar essa trajetória é sob o prisma da sedimentação. Nesse ponto, aproveitamos a proposição de Philippe Urfalino, que, ao abordar a história da atuação do Ministério dos Assuntos Culturais francês, afirma: "houve, seguramente, fortes inflexões, orçamentárias e ideológicas. Mas no essencial a política cultural evoluiu por agregações: soma de competências, de segmentos administrativos, de iniciativas, de organismos, de meios artísticos interessados" (URFALINO, 2015, p. 12). Essa imagem, resguardadas as diferenças de contexto e de influência dos assuntos culturais nas agendas governamentais, pode nos ser útil para refletir sobre nossa própria história.

Em São Paulo, essa narrativa remonta à promulgação do Ato nº 861, de 30 de maio de 1935, que instituiu o Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo (DC), organização pioneira na formulação e na gestão de políticas públicas de cultura em São Paulo e, talvez, no país. Departamento, à época, equivalia ao que hoje denominamos secretaria, o que faz do intelectual e escritor paulistano Mário de Andrade, diretor da embrionária instituição entre sua criação e o início de 1938, o primeiro secretário de Cultura do Brasil (CALIL, 2015, p. 13).

Desse modo, a cidade de São Paulo, já então uma metrópole “na qual o moderno e o arcaico conviviam de forma nem sempre pacífica” (PENTEADO, 2015, p. 19), passaria a contar com um organismo estruturado de fomento e gestão das ações de cultura:

Planejado a partir de algumas estruturas já existentes, como o Teatro Municipal, o Arquivo Histórico, o Parque Infantil Pedro II e a Biblioteca Municipal, a concretização do projeto representou o esforço sem precedentes de reunir diversos equipamentos culturais sob a responsabilidade de uma única instituição (PENTEADO, 2015, p. 19).

O arcabouço da instituição contou inicialmente com quatro divisões: Bibliotecas; Educação e Recreios; Documentação Histórica e Social; e Expansão Cultural. Em julho de 1936, seria criada uma quinta divisão, de Turismo e Divertimentos Públicos. A Divisão de Expansão Cultural, de certo modo o centro do projeto, chefiada pelo próprio Mário, era responsável pela difusão das mais variadas manifestações artísticas realizadas na cidade, ficando subordinados a ela os serviços de teatro, cinema, radioescola e discoteca pública municipal (CALABRE, 2009, p. 22).

As iniciativas do departamento tinham por objetivo diminuir as assimetrias de acesso aos bens culturais, ainda restritos a uma pequena parcela da população, por meio da ampliação das ações de expansão cultural e de criação de novos públicos para o fazer cultural. O sentido que atribuímos hoje ao conceito de democratização cultural pode ser aplicado ao DC, com as ressalvas semânticas e históricas necessárias. Nas palavras de Antonio Candido, o resultado dessa orientação foi a idealização de uma política cultural cujo projeto visava “não apenas a rotinização da cultura, mas a tentativa consciente de arrancá-la dos grupos privilegiados para transformá-la em fator de humanização da maioria, através de instituições planejadas” (CANDIDO, 1977, p. 14).

O professor e dirigente cultural Carlos Augusto Calil, que tem se dedicado à pesquisa sobre a gestão de Mário de Andrade no DC, sintetiza do seguinte modo o espírito que moveu essa experiência:

Mário de Andrade participou ativamente de um projeto político da elite paulistana, de cunho social-democrata, que via no acesso à cultura um meio eficaz de suplantar o atraso intelectual e político. O grupo de Paulo Duarte, Sérgio Milliet, Rubens Borba de Moraes, do qual Mário de Andrade fazia parte, reunido em torno do governador Armando de Sales Oliveira, visava criar instituições que, uma vez este eleito presidente, seriam implantadas no país. São Paulo tornou-se um laboratório

rio de políticas públicas de promoção do bem-estar social pela via da cultura, sem populismo (CALIL, 2015, p. 14).

Nesse sentido, é importante salientar que o departamento não era simplesmente afeito às pautas eminentemente culturais, mas também “abrigava ações de Assistência Social, Esportes, Lazer, de Turismo, Estatística e Planejamento, Meio Ambiente, tudo o que se pudesse classificar sob o manto da educação lato sensu” (CALIL, 2015, p. 14). E também realizou pesquisas sobre a realidade social que serviram a diferentes propósitos no âmbito da gestão municipal, em parceria com a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (Elsp) e a USP. A estreita ligação do departamento com a USP e a Elsp é capítulo dos mais interessantes, por inaugurar em São Paulo a prática da pesquisa acadêmica orientada para a compreensão da realidade e produção de dados para a administração pública. Nas palavras da pesquisadora Vera Cerqueira:

Os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores ligados direta ou indiretamente às duas instituições de ensino de ciências sociais, sob os auspícios do Departamento de Cultura de São Paulo, transformaram esse órgão municipal – respeitados os limites de sua atuação e função – em um espaço de discussão e de investigação científica (CERQUEIRA, 2014, p. 37).

Esse conceito abrangente de ação e a resolução de destinar 10% do orçamento municipal para colocá-lo em prática, decisões do próprio prefeito Fábio Prado ancoradas em um dispositivo presente na Constituição Federal promulgada em 1934, simbolizam o prestígio com que contavam Mário de Andrade e o DC. Além disso, sua relevância pode ser aferida pelo fato de que a estrutura da prefeitura contava com apenas outros cinco departamentos: Obras; Expediente e Pessoal; Higiene; Fazenda; e Jurídico (CALIL, 2015, p. 14).

A origem ilustre da instituição e as importantes iniciativas postas em marcha, contudo, não impediram o seu desmonte com o advento do Estado Novo e a entronização de novas forças políticas no poder. Os estados da federação passariam para a intervenção federal, e o prefeito Fábio Prado seria substituído pelo engenheiro e urbanista Prestes Maia, técnico pouco interessado – e mesmo hostil – nas ações da instituição. Mário de Andrade seria abruptamente exonerado do cargo de diretor, ainda que alguns de seus colaboradores permanecessem em atividade no DC (CALIL, 2015, p. 16).

O programa idealizado por Mário de Andrade era avançado para a época e foi posto em ação em um período de grande rivalidade entre diferentes grupos políticos, interessados em tornar hegemônico o projeto de país que encarnavam. Não sobreviveu aos embates políticos e à aridez intelectual do seu tempo. Essencialmente antiautoritário e coletivo, foi descartado quando forças autoritárias e centralizadoras muito mais poderosas se consolidaram (JARDIM, 2015, p. 145).

O Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo não teria suas atividades encerradas com a saída de Mário de Andrade, mas aqueles que nele permaneceram não puderam impedir a descontinuidade e desmonte de muitas das iniciativas do período, dizimadas pelo desinteresse e pela incom-

preensão. A despeito do prestígio inicial do departamento e das expressivas realizações da gestão de Mário de Andrade, os anos vindouros testemunhariam uma instituição com limitado ímpeto criativo e vigor operacional.

Apenas quatro décadas depois, em 1975, o DC, abrigado então na estrutura da Secretaria Municipal de Cultura, ganharia o estatuto de secretaria com o qual chegou aos dias atuais (a estrutura administrativa da prefeitura passaria então a contar com uma Secretaria de Educação e uma Secretaria de Cultura: a gestão da cultura ganhava, novamente, autonomia). O ato normativo de criação da Secretaria de Cultura afirmava como objetivos desenvolver atividades, instituições e iniciativas de natureza artística e cultural no âmbito do município<sup>2</sup>, tendo sido nomeado como dirigente um personagem à altura dos desafios e da dimensão simbólica de tal ato: Sábato Magaldi, intelectual e crítico teatral.

Pouco mais de dez anos após essa nova fase, contudo, a SMC seria palco de uma experiência que se tornaria bastante conhecida de sua trajetória. A gestão da filósofa Marilena Chauí como secretária municipal de Cultura de São Paulo, durante o mandato da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), é frequentemente lembrada como um momento importante de renovação programática das políticas culturais na cidade, operada a partir de uma abordagem que afirmava a cidadania cultural como eixo articular das ações da pasta.

Tal preocupação não era propriamente inaudita. Segundo Valmir de Souza, essa perspectiva de ação já havia sido contemplada na agenda das gestões de Mário Chamie (1979-1983) e de Gianfrancesco Guarnieri (1983-1986). Contudo, as iniciativas realizadas, embora importantes, foram de certa maneira esmaecidas pelo contexto histórico de combate à ditadura e de reivindicação de necessidades básicas da população, pautas que então absorviam a atenção dos movimentos sociais. Como resultado, adiou-se a entrada em cena de novos atores culturais no campo das políticas culturais (SOUZA, 2012, p. 55).

Posta em marcha sob uma conjuntura diferente, notabilizada pela distensão social e política decorrente do fim de 20 anos de um regime de exceção e da reconciliação com a democracia, a gestão de Marilena Chauí era espectadora privilegiada da ascensão da palavra cidadania ao primeiro plano do debate político, ancorada nos dispositivos da recém-promulgada Constituição Federal de 1988 (CF), que estendia os direitos sociais ao conjunto da sociedade brasileira e preconizava sua incorporação plena ao produto do esforço e riqueza coletivos. O momento era inspirador para a restauração das utopias.

Especificamente em relação ao campo da cultura, o que a CF expressava era o reconhecimento do papel do Estado como fiador do direito à cultura, em uma acepção que procurava desconstruir a cristalização histórica do conceito de cultura em torno das formas da alta cultura, das belas-artes e do patrimônio “pedra e cal”, ou seja, dos repertórios simbólicos e bens culturais consagrados.

Com efeito, em seu artigo 215, o texto constitucional proclamava: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Importa também salientar que o parágrafo 1º desse artigo esclarece o papel do Estado na proteção das manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras, assim como de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> A íntegra da lei de criação da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo está disponível em: [www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/a5245\\_Lei\\_N\\_8.204-75\\_Cria\\_a\\_SMC.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/a5245_Lei_N_8.204-75_Cria_a_SMC.pdf). Acesso em: 15 ago. 2016.

<sup>3</sup> BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988, art. 215. É importante ainda citar o artigo 216-A, emenda constitucional que em 2012 cria o Sistema Nacional de Cultura. BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012. Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 149, n. 231, 30 nov. 2012, p. 1.

É a partir desse contexto que Marilena Chauí formula a proposta de política cultural para a cidade que assumiria importância transversal na agenda de governo, articulada em torno do conceito de cidadania cultural, que ganharia aderência e importância na narrativa e na prática de diferentes atores dedicados ao campo da cultura nos anos seguintes.

Contudo, esse vigor criativo e renovador teve de confrontar-se com uma difícil conjuntura, que combinava baixa capacidade de financiamento, no plano municipal, com a emergência de um arcabouço político de orientação neoliberal, durante o governo Collor, que irá representar o desmonte, de modo dramático, de praticamente todas as instituições culturais brasileiras (CALABRE, 2009, p. 107).

Essa conjuntura precisa ser mobilizada para que seja compreendida a opção de criação e de institucionalização do mecanismo de incentivo fiscal a projetos culturais – da figura do mecenato, portanto – entre os instrumentos de fomento público a cultura, com a promulgação, em dezembro de 1990, da Lei nº 10.923, que dispôs sobre o incentivo fiscal para a realização de projetos culturais, no âmbito do município de São Paulo. Numa conjuntura marcada por dificuldades orçamentárias, o mecanismo surgia como esperança de financiamento para o setor.

Nos oito anos que se seguiram à gestão Luiza Erundina, a cidade de São Paulo teve como prefeitos Paulo Maluf e seu afilhado político e sucessor, Celso Pitta. Nesse período, o comando da SMC ficaria a cargo de Rodolfo Konder, que não levaria adiante as propostas iniciadas na gestão de Marilena Chauí. Momento em que o montante anual de recursos oriundos da lei de incentivo fiscal destinados a projetos culturais teria alcançado 40 milhões de reais, o equivalente a 40% do total de recursos da pasta<sup>4</sup>, especialmente dedicados a uma política cultural fortemente ancorada na realização de eventos.

Ao final da década de 1990, embora fosse possível reconhecer resultados positivos dos mecanismos de incentivo fiscal na ampliação dos recursos destinados ao financiamento dos projetos artísticos e culturais no período, com impactos importantes na dinamização da cena e do mercado cultural na cidade de São Paulo, críticas às limitações e à ausência de outros instrumentos públicos de fomento ganham corpo.

Nesse contexto, a divulgação de um manifesto assinado por importantes nomes da cena teatral paulistana impulsionou o debate que então se salientava sobre o papel do Estado no desenvolvimento e promoção das políticas culturais com recorte democrático e inclusivo. Denominado manifesto *Arte contra a Barbárie*<sup>5</sup>, trouxe a público, em maio de 1999<sup>6</sup>, as considerações dos signatários a respeito da situação das políticas culturais no país e da área teatral em particular. Manifesto cujo estilo combinava uma retórica panfletária crítica à mercantilização da cultura e às omissões do poder público na promoção dos direitos culturais com a reivindicação por políticas estáveis para a área teatral, com foco no trabalho continuado e na experimentação e pesquisa estéticas.

Essa movimentação da classe teatral produziria resultados importantes na dinâmica da SMC, conforme mostraremos na próxima seção. Novos ventos iriam deslocar novamente a secretaria mais para perto do epicentro do governo, com a eleição de Marta Suplicy como prefeita. Outra vez mais, o tema da democratização da cultura entrava na agenda da política municipal.

<sup>4</sup> <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral/cultura-ja-tem-bolsas-de-apostas-em-sp,20001117p5784>.

<sup>5</sup> O manifesto teve como signatários os grupos teatrais Companhia do Latão, Folias d'Arte, Parlapatões, Pia Fraus, Tapa, União e Olho Vivo, Monte Azul e os artistas Aimar Labaki, Beto Andretta, Carlos Francisco Rodrigues, César Vieira, Eduardo Tolentino, Fernando Peixoto, Gianni Ratto, Hugo Possolo, Marco Antonio Rodrigues, Reinaldo Maia, Sérgio de Carvalho, Tadeu de Sousa e Umberto Magnani. Disponível em: <http://www.companhiadolatao.com.br/html/manifestos/index.htm#1>. Acesso em: 12 ago. 2016.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#/1/19990507-38552-nac-0051-cd2-d3-not>. Acesso em: 12 ago. 2016.

---

## Uma Agenda para os Anos 2000: Retomar o Protagonismo

A eleição de Marta Suplicy ao cargo de prefeita de São Paulo, ocorrida em 2001, seria fundamental para as aspirações da classe teatral. Logo em suas primeiras manifestações públicas, o então nomeado secretário municipal de Cultura, Marco Aurélio Garcia, iria expressar suas críticas à política cultural em curso, que julgava fortemente identificada com a realização de eventos, e ao modelo de financiamento da produção cultural e artística a cargo de leis de incentivo, que, segundo ele, seria condicionado aos humores e interesses do mercado<sup>7</sup>. Outra decisão de primeira hora tomada pelo secretário de Cultura, com consequências importantes na história da SMC, foi a nomeação de Carlos Augusto Calil para o posto de diretor do Centro Cultural São Paulo, maior centro cultural da instituição. Voltaremos a ele em breve.

<sup>7</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0301200107.htm>.

Entre as principais ações no campo cultural mencionadas no balanço de gestão, destaca-se a criação dos Centros de Educação Unificados, equipamentos híbridos de educação, lazer e cultura distribuídos pelas regiões mais periféricas da cidade e que contavam com teatro com ar-condicionado para 450 pessoas, salas multiúso com capacidade para 150 pessoas, bibliotecas com 10 mil volumes e capacidade para 30 mil, salas de dança e estúdios de TV e de rádio. Outras iniciativas importantes foram a inauguração da Galeria Olido, no Largo do Paçandu, e a requalificação física, administrativa e programática realizada no Centro Cultural São Paulo (CCSP), responsável pela ampliação do público usuário em 30%<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Os dados são do balanço de gestão disponível em: [www.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/governo/BalancoGestao.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/governo/BalancoGestao.pdf). Acesso em: 2 abr. 2019.

Nesse contexto político e institucional, a organização e a articulação tanto da classe teatral, acima citada, quanto de grupos e coletivos jovens teriam como resultado o direcionamento das suas demandas para a arena legislativa e a consolidação de legislações específicas que iriam representar uma importante inovação no âmbito do fomento à produção cultural na cidade de São Paulo.

Inicialmente, foi promulgada, em janeiro de 2002, a Lei nº 13.279, a partir de projeto de lei de autoria do vereador Vicente Cândido (Partido dos Trabalhadores), que institui o Programa Municipal de Fomento ao Teatro para a Cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo, a Comissão Permanente de Juventude da Câmara Municipal de São Paulo, instituída em 2001, era palco de debates que envolviam gestores públicos, grupos e coletivos artísticos de jovens e entidades e organizações ligadas à pauta da juventude, concentrados na missão de preencher uma lacuna nas políticas públicas destinadas a essa faixa etária, o que resultou na promulgação da Lei nº 13.540/2003, que institui o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), a partir de projeto de lei de iniciativa do vereador Nabil Bonduki (Partido dos Trabalhadores).

A criação desses programas constituiu um marco importante por representar formas inovadoras das premissas de atuação da SMC e pactuar novas formas de relacionamento entre os agentes envolvidos. Nesse sentido, em trabalho dedicado à análise da Lei de Fomento ao Teatro<sup>9</sup>, Luciana Lima e Pablo Ortellado advogam que o programa inaugura um novo paradigma no financiamento das políticas culturais, oposto ao financiamento público (via edital, mas com foco no produto) e mercantil (via mecanismo de incentivo fiscal), tendo em vista se tratar de um modelo caracterizado pelo “financiamento do processo de produção e não do produto cultural e pela

<sup>9</sup> O trabalho também analisa o Programa Cultura Viva, realizado pelo MinC a partir da gestão Gilberto Gil.

desburocratização da prestação de contas, de maneira a preservar a flexibilidade do desenvolvimento dos projetos e a respeitar a informalidade dos agentes” (LIMA; ORTELLADO, 2013, p. 366).

Marta Suplicy seria derrotada por José Serra nas eleições de 2014, e a administração municipal se tornaria objeto de uma transição na qual se evocava o risco, em relação à política cultural, de retrocesso aos tempos do predomínio das leis de incentivo, com o esvaziamento dessas iniciativas. Afinal, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), agremiação do candidato eleito, ocupara a Presidência da República entre 1995 e 2002, período em que o Ministério da Cultura adotara as leis de incentivo como principal instrumento de atuação (CALABRE, 2009, p. 116).

Além disso, a execução desses dois programas, ainda que amparados em marcos legais que em boa medida obrigavam a sua realização, era incipiente dentro da secretaria. A realidade, contudo, desarmaria as análises mais pessimistas. Por um breve período, a SMC teria como titular Emanuel Araújo, artista e gestor cultural com importante passagem pela Pinacoteca e criador do Museu Afro Brasil. Seria substituído por Carlos Augusto Calil, então diretor do CCSP, cargo que ocupara durante todo o mandato de Marta Suplicy.

Setenta anos após a criação do Departamento de Cultura de São Paulo, assomava ao primeiro plano novamente o espírito de Mário de Andrade, evocado como norte por um destacado discípulo. Carlos Augusto Calil foi nomeado secretário municipal de Cultura em maio de 2005, após a estrepitosa saída de Emanuel Araújo, que tornara público os motivos de sua saída<sup>10</sup>. Seguramente, em sua gestão como diretor do CCSP, um dos mais importantes e dinâmicos equipamentos culturais da cidade, deparou-se com problemas semelhantes àqueles vivenciados por seu antecessor. Aliou essa experiência ao aprendizado acumulado em uma carreira de gestor que já enfrentara desafios consideráveis à frente de outras instituições culturais<sup>11</sup>. Por esse motivo, podemos supor que ele estava mais familiarizado com as lides burocráticas da gestão municipal, fato que contribuiria no enfrentamento de um quadro realmente pouco promissor. Nas palavras dele mesmo:

Tornara-se indispensável recuperar a iniciativa do poder público, visando à prestação de serviço público de melhor qualidade e a preservação das coleções, dos edifícios e equipamentos. Ampliar o orçamento, adquirir prestígio no centro do governo. Inverter a tendência de baixa. E sinalizar a mudança de postura, contra o desânimo geral dos funcionários, descrentes de fantasias redencionistas (CALIL, 2008, p. 4).

Para dar conta desses objetivos, Calil afirmava ter como meta atuar de forma revolucionariamente conservadora, com foco na gestão, na descentralização administrativa e operacional e na recuperação financeira e orçamentária da SMC<sup>12</sup>. Ao final de sua gestão, era possível inferir um estado de coisas bem diferente daquele que havia encontrado. A seguir, destacaremos alguns aspectos mais notáveis desse período.

Do ponto de vista orçamentário, o montante executado ampliara-se 125% entre 2005 e 2012, saltando de 176 milhões de reais para 395 milhões de reais, em que pese a diminuição de 20% do quadro de servidores ocorrida no período (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, 2012, p. 61).

**10** A íntegra da carta em que Emanuel explicita os motivos de sua saída está disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,emanoel-araujo-renuncia-ao-cargo-de-secretario-da-cultura,20050411p5347>. Acesso em: fev. 2017.

**11** Calil foi diretor da Embrafilme e da Cinemateca.

**12** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0207200510.htm>. Acesso em: fe. 2017



A diminuição do quadro de servidores foi mitigada, em boa medida, pelas ações de qualificação e treinamento postas em prática para o conjunto das equipes, pelo aproveitamento de servidores de carreira em posições de comando e, importante, pela garantia de estabilidade das equipes.

A criação de mecanismos mais rigorosos para acesso aos recursos da Lei Mendonça resultou numa significativa retração dos recursos executados, ao passo que se fortalecem e ampliam os programas de fomento direto às linguagens artísticas – além dos programas VAI e Fomento ao Teatro, foi criado o Programa de Fomento à Dança (instituído com a Lei nº 14.071, de 2005) e foram desenvolvidas diferentes ações de fomento ao audiovisual.

Ao mesmo tempo, foi executada uma política de recuperação do patrimônio público, por meio da requalificação de parte significativa dos 120 equipamentos culturais (entre bibliotecas, centros culturais, teatros e casas históricas) e da conservação e extroversão dos acervos públicos. Centro Cultural São Paulo, Biblioteca Mário de Andrade e Theatro Municipal, por exemplo, equipamentos de grande porte e patrimônios afetivos de muitos paulistanos, foram objeto de projetos detalhados de requalificação e restauro.

Os teatros e bibliotecas localizados nos bairros, que haviam sido transferidos para a gestão das subprefeituras regionais durante o mandato da prefeita Marta Suplicy, foram novamente reincorporados à rede de equipamentos da SMC, tendo sido também criado o Centro Cultural da Juventude, importante equipamento destinado ao desenvolvimento de políticas com foco nesse segmento populacional. Outro projeto importante foi a construção da Praça das Artes, conjunto arquitetônico localizado entre a Avenida São João e a Rua Conselheiro Crispiniano que passou a abrigar as novas escolas municipais de música e dança, obra que contemplou o restauro do icônico edifício do Conservatório Dramático e Musical.

Do ponto de vista administrativo, será operado um projeto de reorganização administrativa, dotando de autonomia operacional equipamentos culturais de grande porte e/ou os agrupando no interior de estruturas mais amplas, além daquelas que desempenhavam atividades meio. Em 2012, a SMC contava com oito departamentos (Administração e Finanças; Expansão Cultural; Patrimônio Histórico; Arquivo Histórico; Centro Cultural São Paulo; Biblioteca Mário de Andrade; Centro Cultural da Juventude e Sistema Municipal de Bibliotecas); também abrigava o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo (Conpresp), órgão municipal de preservação, e a Fundação Theatro Municipal<sup>13</sup>.

**13** Departamento era a denominação dada à época para as estruturas de gestão que dispunham de autonomia orçamentária, administrativa e jurídica.

Uma política de eventos de rua, com maior destaque para a Virada Cultural, mas que também contou com os projetos Quebrada Cultural e Piano na Praça, por exemplo, foi fundamental para dar início ao processo de reconhecimento do espaço público como palco das manifestações culturais e da diversidade existente na cidade, e como espaço de fruição e lazer. Também vale ressaltar a recuperação e a ampliação de um programa que retoma um projeto caro a Mário de Andrade: os ônibus-biblioteca. Ao final de 2012, 12 ônibus percorriam semanalmente 72 roteiros entre as regiões socialmente mais vulneráveis da cidade, permitindo o empréstimo de livros e oferecendo programação cultural a cargo de pequenos grupos, adaptados à sua estrutura.

No início de 2013, o ex-ministro da Cultura Juca Ferreira assumiu o comando da SMC. Numa conjuntura política menos tencionada do ponto de vista do debate sobre o direito à cidade, se comparada às gestões Serra e Kassab, temas caros ao desenvolvimento das políticas culturais na contemporaneidade puderam assomar ao primeiro plano. Foi amplamente celebrada a ampliação da ocupação do espaço público, com destaque para o fortalecimento do Carnaval de rua, as iniciativas desenvolvidas em parceria com outras secretarias municipais e o fomento das ações de participação social, na qual se salientava a inédita elaboração de um Plano Municipal de Cultura, processo realizado durante 2015 e 2016, como desdobramento da III Conferência Municipal de Cultura, promovida em 2013.

Nessa conjuntura política marcada pelo fortalecimento da cultura institucional de reconhecimento do direito à cidade e à diversidade, as ações da SMC assumiram uma perspectiva que, em boa medida, complementava os esforços até então realizados nas áreas de fomento e para o reconhecimento do espaço público como palco privilegiado para as manifestações culturais. Em dezembro de 2016, a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo publicou um balanço das ações realizadas durante o mandato do prefeito Fernando Haddad, entre os anos de 2013 e 2016. Nesse período, Juca Ferreira esteve à frente da SMC entre 2013 e 2014. Com o convite para aceitar novamente a direção do Ministério da Cultura, Nabil Bonduki assumiria o posto de secretário, sendo substituído, em 2016, por Rosário Ramalho, servidora de carreira da secretaria, que havia coordenado anteriormente o programa VAI e implantado e dirigido o Núcleo de Fomentos dessa pasta.

Durante esses anos, em continuidade às iniciativas de fomento postas em marcha nos anos precedentes, demandas oriundas de segmentos importantes da sociedade civil mobilizaram novamente a atenção de gestores e lideranças políticas, vocalizaram-se nas arenas políticas e resultaram na consolidação de um conjunto ainda mais significativo de políticas culturais nas áreas de fomento às linguagens artísticas, à diversidade e à cidadania cultural.

No final de 2016, apenas essas políticas eram responsáveis pelo aporte de 80 milhões de reais, direcionados aos seguintes programas: Fomento ao Teatro, Dança, Cinema, Circo e Cultura Digital; Prêmio Zé Renato; Programa para Valorização de Iniciativas Culturais – VAI (modalidades I e II); Pontos de Cultura; Agente Comunitário; Aldeias; e Fomento à Periferia<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> Dados disponíveis na *Revista Em Cartaz* da SMC, edição especial de dezembro de 2016.

É importante ressaltar a criação da Coordenadoria de Cidadania Cultural, local de debate sobre esse tema e de gestão das políticas dedicadas ao seu fomento no âmbito da SMC, que passou a abrigar sob sua estrutura diversos programas. A institucionalização e o fomento do Carnaval de rua tornaram essa festa o destino de muitos foliões da cidade e de outros pontos do Brasil. A grande adesão da população ao Carnaval de rua evidencia aquilo que já era perceptível nas edições da Virada Cultural inauguradas na gestão de Carlos Calil: o desejo de ocupar o espaço público, o interesse em fazer da rua espaço de lazer e celebração da diversidade de uma metrópole tão desigual quanto vibrante e múltipla.

Hoje, novas agendas e novos atores têm pressionado o Estado a repensar as fronteiras de sua atuação no campo das políticas culturais. As transformações culturais, políticas e sociais em curso evocam a necessidade de se adaptar, uma vez mais, o aparato da SMC para o século XXI.

---

## Referências Bibliográficas

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CALIL, Carlos Augusto. O prazer de mandarzinho. In: CALIL, Carlos Augusto; PENTEADO, Flávio Rodrigo (Org.). *Me esqueci completamente de mim, sou um departamento de cultura*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015, p.13-17.

\_\_\_\_\_. Fome de cultura. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. *Balancão de gestão*. São Paulo, 2008, p. 3-10.

LIMA, Luciana Piazzon Barbosa; ORTELLADO, Pablo. Da compra de produtos e serviços culturais ao direito de produzir cultura: análise de um paradigma emergente. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, 2013, p. 351-382.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 31, n. 1, jan./jun. 2008.

SOUZA, Valmir de. Políticas culturais em São Paulo e o direito à cultura. In: *Políticas Culturais em Revista*. Bahia, v. 5, n. 2, 2012, p. 52-64.

URFALINO, Philippe. *A invenção da política cultural*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

## **Cátedra Olavo Setubal** **de Arte, Cultura e Ciência**

Parceira



Realização

